

## CONFENEN INFORMA - 26 de maio de 2021.

### AÇÕES DA CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

Na reunião da Câmara de Educação Básica da CONFENEN (20/5/2021), o Presidente Samuel Lara teve a participação dos convidados Helber Ricardo Vieira, Diretor de Políticas e Diretrizes da Educação Básica do MEC, Elza Balluz, Cláudia Reis, Ricardo Furtado, Mauro Grimaldo e João Roberto, além dos membros da própria Câmara, os professores Paulino Pereira, Suely Castro, João Cesarino.



*O objetivo da reunião foi o de ouvir especialistas para consolidar as orientações que a CONFENEN deverá repassar às escolas, sindicatos e federações.*

Inicialmente o professor Samuel relatou sobre preocupações e vantagens das escolas com o novo ensino médio, observação resultante da participação nas frutíferas reuniões do Conselho Nacional de Educação e com dirigentes do Ministério da Educação, nas quais foram tratados temas importantes do momento, tais como o novo ensino médio, a formação de professores, sempre buscando caminhar harmonicamente com as orientações e diretrizes oficiais.

Frisou que o livro didático, por exemplo, precisa de um novo e rigoroso afinamento com os Itinerários Formativos, disse que há instituições bem avançadas e que há o risco de excessiva pulverização relativa aos itinerários sem estarem carregando os princípios de conhecimento suficiente da base comum. Alertou que não se pode abusar da autonomia, criando uma enormidade de títulos para os itinerários,

pulverizando muitas vezes com o mesmo foco, e por isso acabar levando as instituições a pagarem um preço muito caro, quando os seus alunos forem submetidos à avaliação.

Considerou que o grande ganho da BNCC é a possibilidade de migração de um itinerário para outro, a flexibilidade e a autonomia das escolas, mas que não se pode abusar. A escola então, deve ter competência administrativa e ser coerente, pois há diferença entre o acesso ao ensino superior e a competência do aluno para cursar o ensino superior.

O professor Samuel questionou ainda sobre a linha de avaliação do ENEM, em relação aos itinerários.

Helber Vieira falou em seguida e apresentou vasta planilha de informações sobre temas educacionais, principalmente iniciativas de protocolos para retomada segura, citando quatro itens fundamentais que tornariam o ambiente mais seguro dentro da escola do que na própria residência dos estudantes: uso de máscara, distanciamento social, controle de sintomas na entrada e higienização frequente das mãos.

Discorreu sobre recurso tecnológico de acompanhamento e enfrentamento da pandemia em cada estado e município, noticiou sobre projeto do livro didático, itinerário formativo, de plataforma colaborativa, local de encontro virtual com informações precisas sobre implementação da base e as melhores práticas pedagógicas, treinamentos e troca de experiências sobre a BNCC. Noticiou que haverá também uma plataforma normativa, local de busca dos atos normativos essenciais do CNE, dos Conselhos Estaduais e dos Conselhos Municipais de Educação.

Finalizou a apresentação destacando que as avaliações serão nos moldes do SAEB EJA e ENEM e adiantou informações sobre plataformas da educação empreendedora, educação financeira, educação física e esportiva, tecnologias de ensino híbrido ou EAD para professores, além de vários cursos de aperfeiçoamento, de acolhimento de imigrantes, além de outras plataformas de grande interesse e utilidade da categoria na implantação da BNCC.

Suely Melo chamou a atenção para a abertura e a autonomia que a legislação dá para as mudanças, oportunidade que deve ser aproveitada. Segundo ela os projetos e programas do MEC alertam para a necessidade de ações da rede privada, que deve trabalhar em rede, sendo que os sindicatos, as escolas, as federações precisam se reunir e promover esse tipo de ação – capacitação dos professores, de estruturação para orientar as reformas, etc. - disse que neste campo o ente público está caminhando melhor do que o setor privado na reforma porque trabalha em rede, conta com especialistas e apoio fundamental do MEC e não concorre, porque trabalha com base na colaboração. Logo, a empresa privada precisa efetivamente se unir para não correr o risco de fazer uma reforma aparente apenas.